

REQUERIMENTO N° 40 , DE 2015/CAE

Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos,
Senador Delcídio do Amaral

Nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, e dos arts. 90, II, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de audiência pública nesta Comissão de Assuntos Econômicos destinada a debater as dificuldades de cobrança dos haveres inscritos na dívida ativa da União e de suas unidades federadas. Para tanto sugiro sejam convidadas as seguintes instituições e representantes: Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Sindicato dos Procuradores da Fazenda Nacional, o advogado tributarista Dr. Héleno Torres, e outros convidados que este Colegiado entender por bem solicitar a presença.

JUSTIFICAÇÃO

A edição de 9 de setembro da revista Carta Capital trouxe como matéria principal a reportagem intitulada: Devo, não nego. Nela, o jornalista André Barrocal traz, baseado em números da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, um quadro estarrecedor dos débitos inscritos na dívida pública da União, que são ditos como praticamente irrecuperáveis.

Segundo os dados da PGFN existem quase R\$ 1,5 trilhão de reais em haveres que a PGFN corre atras mas não alcança êxito na recuperação. Deste montante, 313 bilhões são débitos com a previdência, 94,2 bilhões de dívidas não tributárias e mais de 1,014 trilhão são de tributos sonegados.

A PGFN tem conseguido um retorno aos cofres públicos de apenas cerca de 15 bilhões de reais. Chama também muita atenção que a recuperação de apenas 2% da dívida ativa seria o suficiente para estancar o crescente déficit público.

Outro ponto fundamental, e que motiva este requerimento, é a opinião de especialistas de que o problema da não recaptação destes débitos/créditos se deveria ao fato de termos uma legislação defasada da realidade econômica e ultrapassada nos mecanismos de sua aplicação.

De forma que consideramos vital este debate nesta Comissão, com vistas de melhorias legais, instrumentais e institucionais para a recuperação deste enorme capital devido. É sempre oportuno lembrar que neste momento de crise fiscal, tem sido constante o ataque nos recursos dos mais despossuídos, enquanto o País rasteja atrás de bilionárias quantias que praticamente são dadas como perdidas.

Sala das Comissões, em 6 de outubro de 2015.

Senadora Lídice da Mata

Senador Antônio Carlos Valadares